



Análise de Conjuntura

Boletim periódico da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Os textos são da exclusiva responsabilidade de seus autores. O boletim destina-se a promover discussões sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

NESTA EDIÇÃO: 1) Evolução das patentes nos EUA.
2) Panorama eleitoral na América Latina.

Na crise, a tecnologia vai bem, obrigado

Para que a economia possa retomar seu passo após a crise financeira, um dos requisitos é a preservação da capacidade de desenvolver tecnologia. A modernização e a inovação são fatores essenciais de criação de riqueza e de oferta de novos empregos

Um dos indicadores que melhor revelam a saúde da pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) é a solicitação de patentes. Uma olhada nos indicadores do instituto de marcas e patentes (USPTO) dos Estados Unidos sugere que lá a tecnologia vai bem, obrigado

Nos EUA, preserva-se a capacidade criativa

Há várias evidências de que a crise financeira que eclodiu em setembro de 2008 já vinha se configurando dois anos antes. Talvez o indicador mais visível desse processo seja a redução no número de novas construções nos EUA, que começara a cair no segundo trimestre de 2006, após alcançar um pico de 2,3 milhões de novas residências ao ano, situando-se hoje numa taxa de 500 mil residências ao ano, uma queda de 78%.

Uma pergunta importante é se esse ciclo estaria circunscrito ao setor de construção civil ou se refletiria uma estagnação de produtividade em outros setores. Um elemento importante dessa análise é a capacidade de inovação da indústria e o comportamento das solicitações de patente.

Expediente

Boletim de Análise de Conjuntura (BAC). Ano 1, nº 19. Quinta-feira, 9 de julho de 2009.

Colaboraram neste número: Marcelo Barroso Lacombe (coordenador) e Bernardo Estellita Lins.

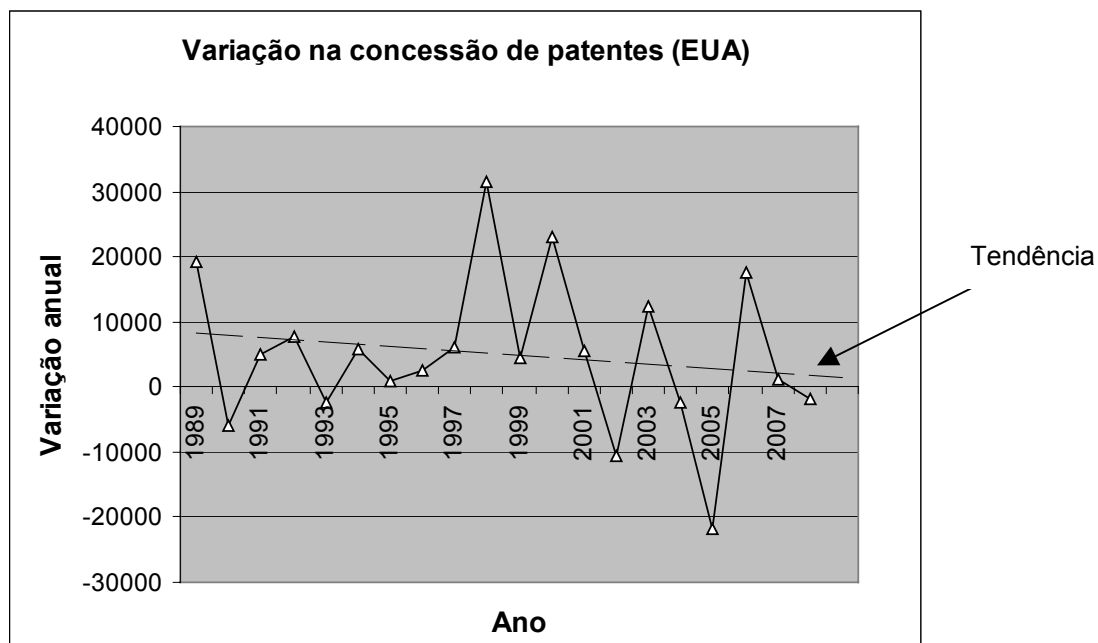
O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Destina-se a promover o debate sobre temas de conjuntura e não reflete a posição de parlamentares, de suas assessorias ou do corpo técnico da Câmara dos Deputados.

A solicitação de novas patentes nos Estados Unidos vem crescendo ano a ano, a uma taxa anual de cerca de 5%. Em 2008 foram requeridas naquele país 495 mil novas patentes, um recorde absoluto. Esse número pode ter sido estimulado, a partir de 2004, pela crescente adoção da Internet para a apresentação de pedidos. Se há cinco anos apenas 2% dos pedidos eram submetidos *on-line*, hoje mais de 70% chegam pela rede mundial.

O Brasil apresenta indicadores mais modestos. Aqui no país são apresentados anualmente ao INPI por volta de 25 mil pedidos e apenas 101 pedidos de brasileiros foram submetidos nos EUA em 2008. Comparativamente, no mesmo ano, os japoneses apresentaram 33 mil pedidos e os britânicos, apenas junto ao órgão estadunidense, 9 mil pedidos.

Patentes concedidas

O número de patentes efetivamente concedidas é bem menor. Ao receber o pedido, o governo deve examinar se são atendidos critérios mínimos de originalidade e de aplicabilidade. Quase três quartos dos pedidos são negados em um prazo relativamente curto. Para os demais, o período de análise, da apresentação do requerimento até a concessão da patente, é relativamente longo. Nos EUA, são cerca de 30 meses. No Brasil, pode chegar a nove anos.



Em 2008 foram concedidas 185 mil patentes pelo órgão norteamericano, um número que se manteve relativamente estável nos últimos três anos. Destas, cerca de 158 mil referem-se ao que chamamos de invenção ou modelo de utilidade, ou seja, objetos de uso prático, novos ou modificados. As demais

destinam-se a processos industriais e a projetos. Embora as patentes de modelo de utilidade concedidas a titulares oriundos dos EUA tenham caído 4% em relação a 2007, ficando em 77.500 novas patentes, essa queda foi compensada por um aumento no número de patentes concedidas a estrangeiros, cerca de 80 mil.

A variação do número de patentes concedidas flutua regularmente. A tendência, porém, é de um crescimento gradualmente menor, o que sugere que esse número deverá manter-se estável nos próximos anos.

Poucas oportunidades para o Brasil

Nesse quadro, a situação brasileira é desconfortável. Embora o número de patentes registradas em nosso País seja compatível com o tamanho do nosso mercado interno, a quantidade inexpressiva de pedidos de patente no exterior revela a pouca vocação brasileira para abrigar fornecedores globais de tecnologia industrial de ponta.

A tendência deverá acentuar-se nestes tempos de crise, na medida em que teremos um mercado interno relativamente preservado, enquanto a situação de outros países continua crítica. Uma indústria que possa competir localmente, com razoáveis oportunidades de negócio à mão, tende a afastar-se do comércio internacional, mais agressivo e exigente.

Trata-se de um comportamento a ser combatido pela política industrial do governo. Afinal, a empresa que não for competitiva internacionalmente receberá o concorrente estrangeiro em seu quintal. E, no médio prazo, perderá mercado aqui do mesmo modo como perdeu lá fora.

Qual o rumo político da América Hispânica?

Se há poucos anos a América Latina parecia mostrar tendência forte a governos de esquerda, hoje apresenta uma paisagem política mais variada, com ascensão eleitoral de partidos conservadores. Este novo quadro não exclui a polarização política que transborda a mera competição eleitoral.

Dinâmica eleitoral em alta

O ano de 2009 terá uma agenda eleitoral congestionada na América hispânica. Já ocorreram eleições presidenciais no Equador, Panamá e El Salvador, bem como eleições legislativas na Argentina e no México. A Venezuela teve este ano um referendo constitucional e a Bolívia prepara o seu próprio referendo sobre nova constituição, aprovada no final do ano. Por fim, ainda se esperam duas eleições gerais presidenciais, no Chile e no Uruguai.

Este calendário cheio na América Latina denota uma nova conjuntura na região, uma vez que a abundância de processos eleitorais demonstra o vigor dos processos de alternância democrática na região. Alguns países, com Venezuela e Bolívia, reclamam para si uma distinção, autodefinindo-se como “democracias bolivarianas” e oferecendo-se como alternativa aos governos democráticos representativos.

Uma visão panorâmica dos regimes chamados democráticos aponta para a existência de um princípio básico comum: a formação de governos legitimados por eleições baseadas na regra da maioria. Mesmo governos parlamentares e presidenciais multipartidários ainda se baseiam neste princípio, pois as coalizões devem ser majoritárias, de modo que elas possam ter o direito de governar.

Historicamente, os regimes representativos que não se baseavam no sufrágio universal eram idealizados como alternativa ao regime democrático. Com a extensão do direito de voto a todos os adultos, esses regimes representativos evoluíram para as modernas democracias. A extensão do sufrágio carreou duas conseqüências, uma de cunho normativo e outro de cunho empírico. Do ponto de vista normativo, colégios restritos não são mais considerados aceitáveis em termos eleitorais. Do ponto de vista empírico, o princípio do sufrágio universal implica a inclusão compulsória de eleitores com graus diferentes de motivação e informação política.

Outras conseqüências empíricas e normativas se seguem deste princípio. Em primeiro lugar, as eleições que decidem sobre quem governa devem ser competitivas, ou seja, não pode haver nenhuma restrição institucional sobre quem pode ganhar ou perder. Além disso, o princípio majoritário implica que nenhuma regra superior à decisão eleitoral pode decidir quem deve governar. Por fim, o princípio majoritário também carrega a norma de que os direitos de oposição e de opinião devem ser protegidos, de modo que a competitividade das eleições possa ser garantida. Parlamentos têm esta função precípua de proteger o direito de oposição.

A democracia bolivariana pretende ser um modelo que supera as deficiências da democracia representativa, com ênfase na participação direta, por meio de plebiscitos e de um governo voltado para a maioria dos pobres excluídos dos processo decisórios. Na Venezuela, Chavez defende a construção de uma nova forma de democracia, com traços socialistas. Sua administração é marcada por intensos conflitos com a mídia de oposição.

Na Bolívia, as realizações de Evo Morales se concentraram na nacionalização da exploração do gás natural e na feitura de uma nova constituição, incrementando os poderes de participação da maioria indígena da população, entre outras iniciativas. Candidatos bolivarianos perderam nas últimas eleições presidenciais do Peru e do México, neste último por margem diminuta, o que possibilitou acusações de fraude nas eleições.

Perspectivas favoráveis a candidatos conservadores

Nas próximas eleições deste ano na América Latina, as perspectivas se mostram favoráveis a candidatos conservadores. No México, que realizou campanha eleitoral sob sombrio panorama econômico e estado de emergência sanitária devido ao surto de gripe suína, as eleições parlamentares concederam um vitória do PRI (Partido Revolucionário Institucional) sobre o PAN (o atual partido do governo) e um decréscimo do PRD, partido com afinidades com a democracia bolivariana. Muito embora o PRI seja menos inclinado ideologicamente ao conservadorismo que o PAN, não podemos dizer que adote uma posição clássica de esquerda, nem que se mostre refratário a uma composição com o atual governo.

No Chile, após 20 anos de governos da Concertación (uma coalizão entre socialistas e democratas cristãos, que domina a política chilena após o regime militar), pesquisas apontam como o favorito para as eleições do final do ano o candidato Sebastian Piñera, de perfil conservador e líder do partido da Renovação Nacional. No Uruguai, a Frente ampla de Tabaré Vasquez mostra neste momento, sinais de fraqueza eleitoral.

Tensões no interior dos sistemas representativos na América Latina não podem ser ignoradas, ainda que estes regimes tenham demonstrado sobrevivência significativa. Na Argentina, a derrota eleitoral do casal Kirchner poderá terminar com um estilo de confrontação política com o Congresso e adversários, assim como derrubar uma orientação de política expansionista, mesmo em um contexto de alta inflação e deterioração da balança comercial e de pagamentos. Na Colômbia, a tentativa de Alvaro Uribe de conseguir um terceiro mandato, por emenda constitucional, foi recebida de forma bastante negativa na imprensa nacional e internacional, inclusive em um editorial indignado do periódico *The Economist*. A reforma seria realizada por meio de referendo.

No Peru o conflito entre populações indígenas e governo em torno da exploração de reservas de petróleo e gás natural em terras destas populações promete ser duradouro, com possibilidades de criação de focos separatistas e revolucionários no país. No Equador, apesar de Rafael Correa ter sido vitorioso em sua campanha pela reeleição, a oposição saiu fortalecida nas eleições legislativas. Mesmo com a vitória de Correa no primeiro turno, o candidato conservador conseguiu uma votação inesperada de 28%. A economia equatoriana revela forte dependência de exportações de petróleo e sinais de fraqueza no setor externo.

Honduras: um sinal preocupante

Se nestes países a competição eleitoral continua em operação, a recente deposição do presidente Zelaya em Honduras se mostra como uma anomalia grave na região, que parecia livre deste tipo de intervenção. Além disso, a crise de Honduras espelha as novas ambigüidades da nova conjuntura política latinoamericana em meio a ascensão eleitoral de conservadores na Colômbia,

México, Argentina e possivelmente no Uruguai e no Chile, ou mesmo no Equador como nos referimos acima.

Em outros países, como Venezuela, Bolívia e, agora, Honduras, observamos conflito mais intenso entre forças de direita e esquerda, para além do campo da mera disputa eleitoral. O Brasil, El Salvador e Paraguai encontram-se no campo dos países nos quais a esquerda ainda predomina nos quadros da disputa liberal pacífica, mas onde os partidos de direita têm dificuldades de chegar ao Executivo nacional no momento. O Peru é um caso ambíguo, onde Alan Garcia, que provém da esquerda histórica peruana, foi confrontado na última eleição por um candidato considerado chavista e hoje enfrenta problemas nas reservas indígenas, conflito que o lança no campo conservador.

Em síntese, a América Latina parece começar a mudar tentativamente de um quadro monocromático, com grande prevalência de governos de esquerda, para outro mais variado e talvez mais instável, cujos traços salientes parecem ser a ascensão eleitoral de partidos conservadores e a polarização entre a esquerda dita chavista e a direita.